

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Rio Grande Capitalização S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, além do respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria. A Companhia é fruto da parceria firmada entre a Icatu Seguros e o Banco Banrisul para comercializar com exclusividade produtos de capitalização através dos canais de venda do banco, por um período de 20 anos. São mais de R\$ 600 milhões em reserva de capitalização oriundos das operações do Banrisul com a Icatu que serão transferidos para a Companhia. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias. A Rio Grande Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio. Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2019. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017		2018	2017
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Disponível	171	11.000	Contas a Pagar	172	–
Caixa e Bancos	169	11.000	Patrimônio Líquido	Nota 6	20.080
Aplicações	Nota 5	2	Capital Social	11.000	11.000
Não Circulante	20.081	–	Aumento de Capital em Aprovação	9.000	–
Aplicações	Nota 5	–	Reservas de Lucros	80	–
Total do Ativo	20.252	11.000	Total do Passivo	20.252	11.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Capital Social	11.000	–	–	–	–	11.000
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11.000	–	–	–	–	11.000
Aumento de Capital em Aprovação	–	9.000	–	–	–	9.000
Lucro líquido do Exercício	–	–	–	–	153	153
Destinação do Lucro Líquido:						
Constituição de Reserva Legal	–	–	7	–	(7)	–
Constituição de Reserva Estatutária	–	–	–	73	(73)	–
Dividendos Mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(73)	(73)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.000	9.000	7	73	–	20.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada pela portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., é uma controlada indireta da Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu, representada pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda e também pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). A Companhia não comercializou planos de capitalização em 2018 e 2017.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:
Base de Preparação: As Demonstrações Financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2019. **Base de Mensuração:** A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Os passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante. **Moeda Funcional e de Apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **Uso de Estimativas:** A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem o valor justo de ativos financeiros (nota 5). Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados são efetuados no resultado do exercício. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas Demonstrações: **3.1 Instrumentos Financeiros:** a) **Disponível:** Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito. b) **Instrumentos Financeiros não derivativos:** **Ativos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado** – Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustados ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; e **(ii) Empréstimos e recebíveis** – São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos, não havendo registro de empréstimos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **c) Redução ao Valor Recuperável: Ativos Financeiros** - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. **3.2 Imposto de renda e contribuição social: corrente:** A provisão para imposto de renda corrente é constituída à alíquota de 15%, acrescida adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%. Com o fim da vigência da Lei nº 13.169 em 31/12/2018, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20%, para 15%, com produção de efeitos a partir de 01/01/2019. A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, nem diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo dos impostos corrente, valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. **3.3 Novas Normas:** Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente: **IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento visa substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares: (i) classificação e mensuração de ativos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (iii) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas Demonstrações está em avaliação que será concluída até a data prevista para adoção pela SUSEP. **IFRS 16 / CPC 06 – Arrendamentos:** O pronunciamento substitui a IAS 17 – Arrendamentos – e suas interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma é voltada para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. A Companhia fez o levantamento de todos os contratos de aluguel vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de identificar se esses contratos possuem características de arrendamentos e com base nisso, mensurar os impactos contábeis no reconhecimento inicial. A avaliação dos impactos está em andamento, porém, com base nas características dos contratos existentes, a Companhia espera que os impactos decorrentes da adoção da norma não sejam significativos. **4. GESTÃO DE RISCO:** A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº 521/2015, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas. Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados na Icatu Seguros, sendo que tanto os quesitos de Estrutura quanto de Processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia. **4.1 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos:** A EGR utiliza o Sistema de Controles Internos na segunda linha de defesa. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. **4.2 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos:** **4.2.1 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros:** **4.2.1.1 Risco de Crédito** – Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras. Em escala nacional, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AAA, e está relacionado às emissões locais denominadas em reais de títulos públicos federais no volume de R\$ 20.083. **4.2.1.2 Risco de Mercado** – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. A Companhia possui majoritariamente aplicações em letras financeiras do tesouro que possuem risco de mercado irrelevante pois são ativos pós-fixados com rentabilidade vinculada a Selic. **4.2.1.3 Risco de Liquidez** – No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	31/12/2018			Total
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	
Ativos Financeiros	169	6.897	13.186	20.252
Caixa e Bancos	169	–	–	169
Aplicações	–	6.897	13.186	20.083

	31/12/2017			Total
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	
Ativos Financeiros	11.000	–	–	11.000
Caixa e Bancos	11.000	–	–	11.000

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: **5.1 Composição das Aplicações Financeiras e classificação em níveis de hierarquia de valor justo:** Os ativos mantidos em carteira administrada própria são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela ANBIMA e pela B3. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo está apresentada como segue:

	31/12/2018			Contábil/ Mercado	%	Rentabilidade
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos			
Nível 1 - Categoria I - Valor justo por meio de resultado						
Letras Financeiras do Tesouro - 1 a 3 Anos	6.896	34,34%	SELIC			
Letras Financeiras do Tesouro - Acima de 3 Anos	13.186	65,66%	SELIC			
Total	20.083	100,00%	IPCA + 6,95%			

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente: Luciano Snel Corrêa
Conselheiros: Luis Gonzaga Veras Mota; Ademar Schardong; Melissa Guagnini Hoffmann Custódio.
Contador: Marcos Célio Santos Nogueira - CRC-RJ nº 089.351/O-8

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2018
Despesas Administrativas	Nota 9 (152)
Despesas com Tributos	Nota 9 (106)
Resultado Financeiro	Nota 9 499
Resultado Operacional	241
Resultado Antes de Impostos e Participações	241
Imposto de Renda	Nota 10 (40)
Contribuição Social	Nota 10 (48)
Lucro Líquido do Exercício	153
Resultado Abrangente do Exercício	153
Quantidade de Ações	20.000.000
Lucro Líquido por Ação - R\$	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades Operacionais	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	153	–
Ajustes para:		
Variação de Impostos sobre Lucro	20	–
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(20.083)	–
Impostos e Contribuições	75	–
Outras Contas a Pagar	73	–
Caixa (Consumido) pelas Operações	(19.762)	–
Imposto sobre os lucros pagos	(69)	–
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades Operacionais	(19.831)	–
Atividades de Investimento		
Constituição/Aumento de Capital em aprovação	9.000	11.000
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	9.000	11.000
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(10.831)	11.000
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.000	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	169	11.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5.2 Movimentação das Aplicações por Categoria

	31/12/2017	Aplicações	Resgates	Rentabilidade	31/12/2018
Valor Justo por meio do Resultado		19.829	(293)	547	20.083

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31/12/2018 é de R\$ 11.000, representado por 11.000.000 ações ordinárias nominativas. Em 16 de agosto de 2018 houve um aumento de capital no valor de R\$ 9.000 com emissão de 9.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, aprovado na SUSEP pela Portaria nº 7.282/19 em 13 de fevereiro de 2019. As Reservas de Lucros de R\$ 80 são compostas por: Reserva legal de R\$ 7 que é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício e seu saldo limitado a 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. Reserva estatutária de R\$ 73 que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. Conforme disposição estatutária, a companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 73 referente à 50% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	20.080	11.000
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	20.080	11.000
Capital Base (CB)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	3	–
Capital de Risco - Redução por correlação	8	–
Capital de Risco - Operacional	(2)	–
Capital de Risco (CR)	9	10.800
Capital Mínimo Requerido (MAX(CB,CR))	10.800	10.800
Suficiência	9.280	200
Razão PLA/CMR	1,86	1,02

8. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2018
Passivos	
Contas a pagar	(73)
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora)	(73)
A natureza da principal transação com partes relacionadas é referente a dividendos a pagar sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultados.	

9. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2018
Despesas Administrativas	(152)
Serviços de Terceiros	(111)
Localização e Funcionamento	(4)
Publicidade e Propaganda	(36)
Despesas Administrativas Diversas	(1)
Despesas com Tributos	(106)
COFINS	(22)
PIS	(4)
Taxa de Fiscalização	(80)
Resultado Financeiro	499
Resultados Financeiros	547
Títulos de Renda Fixa	547
Despesas Financeiras	(48)
Outras Despesas Financeiras	(48)

10. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2018	
	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	241	241
Resultado antes dos Impostos	241	241
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15% + 5%
Despesas com IRPJ/CSLL	(40)	(48)
Despesas com IRPJ/CSLL	(40)	(48)
Alíquota Efetiva	17%	20%

11. COMITÊ DE AUDITORIA: Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição lider Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31/12/2018 da Icatu Seguros.

DIRETORIA

Diretor Presidente - Cesar Luiz Salazar Saut
Diretores: Suzana Flores Cogo; Marcio de Moraes Palmeira.
Atuário: Ligia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Capitalização S.A. Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante

nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia de Seguros a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança e Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 2019. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ, José Claudio Costa - Contador CRC 1SP167720/O-1.